Estudo Preliminar nº 22116553/2022-SRH/SR/PF/MT

**Estudos Preliminares IN 40/2020-ME**

**SERVIÇO DE INTERMEDIAÇÃO DE ESTÁGIOS**

**Processo nº 08320.000924/2022-19**

**1. INTRODUÇÃO**

O presente Estudo Preliminar tem o objetivo de efetuar a análise de viabilidade e o levantamento dos elementos essenciais que servirão para compor Termo de Referência para a contratação de empresa especializada na prestação dos serviços de **Intermediação de Estágios**, da forma que melhor atenda às necessidades da Administração.

São diretrizes gerais para a elaboração deste Estudo Preliminar os normativos:

* Instrução Normativa 40/2020-ME.
* Instrução Normativa 73/2020-ME.
* Instrução Normativa 05/2017-MPOG.
* Instrução Normativa  213/2019 - ME.
* Lei 8.666/93.
* Lei 10.520/2002
* Lei nº. 11.788/08
* Decreto 10.024/2019
* Decreto 9.507/2018

**2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO, CONSIDERADO O PROBLEMA A SER RESOLVIDO SOB A PERSPECTIVA DO INTERESSE PÚBLICO**

A Polícia Federal em Mato Grosso possui 27 vagas para estágio de nível superior.

Ocorre que a contratação de agente de integração é medida que se faz necessária visando facilitar o acesso dos estudantes às vagas disponibilizadas pela **SR/PF/MT e descentralizadas,** bem como a comunicação com as Universidades/Faculdades para que cheguem a todos os possíveis candidatos de vagas de estágio visando a realização de uma seleção igualitária entre as conveniadas.

Nesse sentido a Superintendência Regional de Polícia Federal em Mato Grosso tem por objetivo propiciar oportunidades de acesso ao programa de estágio disponíveis nesta unidade, para estudantes de nível superior, dando efetividade à política pública de inserção social, estabelecida pela Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, em seu primeiro artigo, a saber:

*Art. 1º (...) § 2o O estágio visa ao aprendizado de competências próprias da atividade profissional e à contextualização curricular, objetivando o desenvolvimento do educando para a vida cidadã e para o trabalho.*

O Programa de Estágio imbuído neste papel social objetiva a contratação de ente do mercado nacional que coadune com esta política pública de interesse relevante para a Administração Federal, conforme assim dispõe o art. 5º, da Lei nº 11.788 de 25 de setembro de 2008:

*Art. 5º As instituições de ensino e as partes cedentes de estágio podem, a seu critério, recorrer a serviços de agentes de integração públicos e privados, mediante condições acordadas em instrumento jurídico apropriado, devendo ser observada, no caso de contratação com recursos públicos, a legislação que estabelece as normas gerais de licitação.*

*§ 1º Cabe aos agentes de integração, como auxiliares no processo de aperfeiçoamento do instituto do estágio:*

*I – identificar oportunidades de estágio;*

*II – ajustar suas condições de realização;*

*III – fazer o acompanhamento administrativo;*

*IV – encaminhar negociação de seguros contra acidentes pessoais;*

*V – cadastrar os estudantes.*

*§ 2º (...)*

*§ 3º Os agentes de integração serão responsabilizados civilmente se indicarem estagiários para a realização de atividades não compatíveis com a programação curricular estabelecida para cada curso, assim como estagiários matriculados em cursos ou instituições para as quais não há previsão de estágio curricular.*

Em complemento, a**Instrução Normativa/SGP/SEDGG/ME nº 213**, de 17 de dezembro de 2019, reforça sobre a importância de contratação de Agente Integrador para atuar como elo de interseção. A referida Norma estabeleceu os seguintes aspectos a serem observados:

*Art. 9º - Os órgãos e entidades poderão oferecer estágio, observadas as seguintes obrigações:*

*(...) II - ofertar instalações que tenham condições adequadas de propiciar ao estagiário o desenvolvimento de atividades de aprendizagem social e profissional;*

*(...) Art. 11 - Os órgãos ou entidades podem recorrer aos serviços de agentes de integração públicos ou privados para atuarem como auxiliares no processo de aperfeiçoamento do instituto do estágio, mediante condições acordadas em instrumento jurídico apropriado, devendo ser observada, no caso de contratação com recursos públicos, a legislação que estabelece as normas gerais de licitação.*

*Parágrafo único - Para fins desta Instrução Normativa os agentes de integração públicos ou privados são entidades que fazem a interlocução entre a instituição de ensino, o estagiário e o órgão ou entidade,  inserindo estudantes no ambiente do mercado de trabalho, colaborando para o desenvolvimento de habilidades, modalidades de atuação e formação profissional desses estudantes.*

*(...)****Art. 24 - Para a execução do disposto nesta Instrução Normativa, caberá às unidades de recursos humanos:***

***I - articular as oportunidades de estágio em conjunto com as instituições de ensino ou agentes de integração.***

A contratação de uma empresa para assumir este papel se justifica na medida em que o Setor de Recursos Humanos não possui estrutura, com servidores do quadro disponíveis para atuar, com o necessário conhecimento e a competência exigidos pelos dispositivos legais vigentes, para formalizar e acompanhar a realização desta importante política pública de estágios supervisionados.

Assim, considerando a relevância da presente demanda, bem como as limitações da Administração, a SR/PF/MT, em consonância com o estabelecido na legislação acima transcrita, carece de parceria com entidade especializada para atuar na condução dos procedimentos necessários à viabilização da concessão e no acompanhamento dos estágios supervisionados. Resta claro que a contratação de estagiário, destinatário desta política de natureza socializadora, vem complementar sua formação acadêmica e agregar valor em suas competências, por meio da aquisição de experiência no mercado de trabalho.

A condução dessa política pública, por meio de uma atuação tripartite, entre este Órgão como parte concedente, a instituição de ensino e o agente integrador, é o que assegura que o objetivo primordial seja alcançado, isto é, que se cumpram as diretrizes estabelecidas na legislação de regência, pela busca de um adequado amparo ao estudante, propiciando a este “aprendizado de competências próprias da atividade profissional e à contextualização curricular, objetivando o desenvolvimento do educando para a vida cidadã e para o trabalho” (§ 2º, Art. 1º Lei nº 11.788/2008).

Os serviços de operacionalização de bolsas de estágio são caracterizados como **serviços comuns** de que trata a Lei nº 10.520, de 2002 e o Decreto nº 10.024, de 2019, haja vista que os padrões de desempenho, qualidade e todas as características gerais e específicas de suas prestações são as usuais do mercado e passíveis de descrições sucintas, podendo, portanto, serem licitados por meio do Pregão.

Os serviços de operacionalização de bolsas de estágio a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto n° 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.

A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante ou os Estagiários, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

Trata-se de serviço comum de caráter **continuado** sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.

A demanda anual estimada foi apurada com base nas vagas disponíveis e preenchidas pela SR/PF/MT nos últimos 5 anos.

A atual demanda está contemplada no **item 9.7.** (Otimizar o Emprego dos Bens e Recursos Materiais) do Plano Estratégico 2010/2022 da Polícia Federal e também no **item 57** do Plano Anual de Contratações de 2022 da SR/PF/MT.

Atendendo a IN 73/2020 o valor de referência foi formado com 04 pesquisas de preços de licitações recentes, cujos valores não se diferenciavam uns dos outros em 30% para mais ou para menos.

|  |  |
| --- | --- |
| **VALOR** | **PREGÃO E UASG** |
| R$ 18,00 | PE 27/2021 UASG 925892 |
| R$ 17,99 | PE 07/2021 UASG 925560 |
| R$ 14,90 | PE 09/2021 UASG 926829 |
| R$ 12,79 | PE 24/2021 UASG 170131 |
| **R$ 15,92** | **VALOR MÉDIO POR VAGA** |
| **R$ 429,84** | **VALOR MENSAL DE 27 VAGAS** |
| **R$ 5.158,08** | **VALOR ANUAL DE 27 VAGAS** |

**3. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS NECESSÁRIOS E SUFICIENTES À ESCOLHA DA SOLUÇÃO, PREVENDO CRITÉRIOS E PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE**

Empresa com reconhecida experiência no serviço de intermediação de estágios, além de:

* Cadastro no SICAF;
* Certidão do Conselho Nacional de Justiça (CNJ)
* Certidão do Portal da Transparência
* Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (TST)
* Certidão Conjunta Negativa de Débitos do INSS/RECEITA FEDERAL
* Certidão Negativa de Débitos Estadual
* Certidão Negativa de Débitos Municipal
* Certidão Negativa de Débitos do FGTS

Após a fase de habilitação o representante da empresa deverá realizar cadastro no Sistema Eletrônico de Informações - SEI-PF para gestão de processos administrativos por usuários externos, conforme Portaria 14.245-DG/PF/2020, **Anexo V do Edital.**

**4. LEVANTAMENTO DE MERCADO, QUE CONSISTE NA PROSPECÇÃO E ANÁLISE DAS ALTERNATIVAS POSSÍVEIS DE SOLUÇÕES**

Para a efetivação de um estudante em uma vaga de estágio na Administração Pública Federal é necessário que haja um contrato ou convênio da Administração com um Agente de Integração que faz o cadastro dos estudantes, identifica as oportunidades de estágios e faz o intercâmbio entre o Aluno, a Parte Concedente da vaga e as Instituições de Ensino.

Outra forma de implementação dessa política de fornecimento de bolsas de estágios é sua efetivação diretamente por meio de convênios entre a parte concedente e as instituições de ensino, cabendo a parte concedente a contratação em favor do estagiário de seguro contra acidentes pessoais.

Comparando os custos médios pagos em contratos de agente integrador de estagiários (R$ 15,92 por bolsa) com os custos a serem dispendidos para a efetivação de convênios com diversas instituições de ensino e a centralização da captação de interessados, a “terceirização” desse serviço coloca-se como a mais vantajosa para a Administração.

**5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO**

Contratação de agência de integração de estagiários, junto às instituições de ensino, para preenchimento de bolsas de estágio, não obrigatório, remunerado, na SR/PF/MT e descentralizadas, por estudantes regularmente matriculados e com frequência efetiva nos cursos vinculados à estrutura do ensino superior, público e particular, conforme especificações constantes no Edital e seus anexos. A presente contratação deverá atender à Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, que dispõe sobre estágio de estudantes.

Deverá fornecer a empresa contratada no mínimo os seguintes serviços:

Banco de dados de estudantes em Mato Grosso/MT;

Elaboração do Termo de Compromisso de Estágio;

Encaminhar negociação de seguros contra acidentes pessoais;

Acompanhamento da vigência dos Termos de Compromisso de Estágio;

Relacionamento com as Instituições de Ensino;

Assessoria técnica;

Processo Seletivo;

Atendimento personalizado.

**6. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS, ACOMPANHADA DAS MEMÓRIAS DE CÁLCULO E DOS DOCUMENTOS QUE LHE DÃO SUPORTE**

No último pregão (06/2017) a SR/PF/MT disponibilizou 28 oportunidades de estágio mensais.

Nos últimos 05 anos não houve mudanças significativas no efetivo da Polícia Federal em Mato Grosso. Entretanto, a IN 2013/2019-ME reduziu a proporção entre o número de servidores efetivos e o número de estagiários, de modo que o quantitativo passa de 28 para 27 vagas.

Assim, como contrato completará 5 anos de vigência em 07 de julho de 2022 e não mais poderá ser prorrogado, para a nova licitação serão disponibilizadas 27 vagas**.**

**7. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO, ACOMPANHADA DOS PREÇOS UNITÁRIOS REFERENCIAIS, DAS MEMÓRIAS DE CÁLCULO**

A SR/PF/MT disponibilizou 28 oportunidades de estágio mensalmente durante os últimos 05 anos.

Pelo pregão 06/2017 foi contratado o Agente Integrador AGIEL (CNPJ 01.406.617/000174) pelo valor unitário de R$ 9,87 por vaga/estagiário efetivo, sendo um consumo mensal de R$ 276,36 e anual de R$ 3.316,32.

Após diversas prorrogações o valor atualizado do **contrato 10/2017** é de R$ 12,75 por vaga/estagiário efetivo, sendo um consumo mensal de R$ 357,00 e anual de R$ 4.284,00.

O contrato completará 5 anos de vigência em 07 de julho de 2022 e não mais poderá ser prorrogado**.**

Para a nova contratação, após a realização da pesquisa de preço de mercado, o valor estimado é de um valor unitário de R$ 15,92 por vaga/estagiário efetivo, com um consumo mensal previsto em R$ 429,84 e de R$ 5.158,08 ao ano.

**8. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO**

A contratação pretendida trata-se de serviço de intermediação de estágios. Trata-se de item único e de pequeno valor, de modo que o parcelamento não traria nenhuma vantagem visível.

**9. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES**

A Superintendência Regional de Polícia Federal em Mato Grosso tem vigente até 07 de julho de 2022 o Contrato 10/2017 com a Empresa AGIEL (CNPJ 01.406.617/000174) que não poderá ser prorrogado, pois completará o limite legal de 60 meses.

**10. DEMONSTRAÇÃO DO ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO DO ÓRGÃO OU ENTIDADE, IDENTIFICANDO A PREVISÃO NO PLANO ANUAL DE CONTRATAÇÕES**

Este tipo de contratação está alinhado com Plano Estratégico da Polícia Federal na otimização do emprego dos bens e recursos materiais, na Ação Estratégica 9.7., e está contemplado no Plano Anual de Contratações da SR/PF/MT de 2.022, no **item 57.**

**11. RESULTADOS PRETENDIDOS, EM TERMOS DE EFETIVIDADE E DE DESENVOLVIMENTO NACIONAL SUSTENTÁVEL**

Com essa contratação a SR/PF/MT pretende continuar proporcionando aos estudantes experiência prática e o desenvolvimento de habilidades técnicas e o aperfeiçoamento técnico-cultural e científico, bem como possibilitar a ampliação de conhecimentos teóricos dos estudantes em situações reais de trabalho e dotar os estagiários de conhecimentos relevantes para a formação e o desenvolvimento de atividades e de comportamento adequado ao relacionamento sócio-profissional.

Os estagiários deverão seguir as políticas de sustentabilidade ambiental adotadas pelo órgão para os servidores efetivos.

**12. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO**

Haverá necessidade de se capacitar servidores para fiscalizar o contrato.

**13. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS DE TRATAMENTO**

Na execução dos serviços intermediação de vagas de estágio não se percebe nenhum impacto ambiental diferente dos habituais que necessite de tratativa diferente do que as já adotadas pelo Órgão para os seus servidores efetivos.

**14. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A VIABILIDADE E RAZOABILIDADE DA CONTRATAÇÃO**

O presente planejamento foi elaborado em harmonia com a Instrução Normativa nº 40/2020–ME, bem como em conformidade com os requisitos técnicos necessários ao cumprimento das necessidades e objeto da aquisição.

O presente planejamento atende adequadamente às demandas de negócio formuladas, os benefícios pretendidos são adequados, os custos previstos são compatíveis e caracterizam a economicidade, os riscos envolvidos são administráveis e a área requisitante priorizará o fornecimento de todos os elementos aqui relacionados necessários à consecução dos benefícios pretendidos.

Por todo o exposto, a contratação do evento não é apenas viável, mas recomendável para a garantia da atuação da Polícia Federal no âmbito de suas atividades, garantindo a atuação no âmbito de Polícia Judiciária da União e auxiliando a população nos serviços oferecidos, fazendo-se sempre da dinâmica de melhor atendimento e economia de recursos públicos, com atuação escorreita dos envolvidos.

Assim, declaramos a viabilidade da contratação e recomendamos a aquisição proposta.

Andreia Novello Baggio

Equipe de Planejamento e Contratação/Integrante Requisitante

Daniel Vinícius de Sousa Melo

Equipe de Planejamento e Contratação/Integrante Requisitante

Danilo Belem Lunkes

Integrante Administrativo

Josué Ramos de Oliveira

Integrante Administrativo